

Responsabilidade civil extracontratual do Estado por quebra do dever de boa administração

Carla Amado Gomes

Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
Professora Convidada da Faculdade de Direito da Universidade Católica (Porto)

carlamadogomes@fd.ul.pt

<https://www.facebook.com/carlamadogomes/>

1. Breve história do “princípio da boa administração”: Das Recomendações do Conselho da Europa de 1977 ao Código Europeu de Boa Conduta Administrativa aprovado pelo Parlamento Europeu em 2001 e actualizado em 2012
2. O princípio da boa administração no Direito Comparado: alguns exemplos
3. Balanço parcial
4. O princípio da boa administração no Direito Administrativo português: do artigo 23º da CRP ao artigo 5º do CPA
 - 4.1. Dever de boa administração e *diligência procedimental* (*due diligence*):
 - 4.1.1. Em geral: concretizações particulares
 - 4.2. Em especial, o direito a uma decisão administrativa em prazo razoável
 - 4.3. Em especial, a irrelevância de vícios formais e a boa administração
5. Dever de boa administração e *standards* de qualidade dos serviços
6. Dever de boa administração e controlo jurisdicional: uma amplitude constitucionalmente limitada
7. Dever de boa administração e responsabilidade civil administrativa

Algumas referências doutrinais

AMADO GOMES, Carla, **A “boa administração” na revisão do CPA: depressa e bem...**, disponível em <https://www.icjp.pt/debate/4268/4337>

AROSO DE ALMEIDA, Mário, **O Provedor de Justiça como garante da boa administração**, in *O Provedor de Justiça – Estudos*, Volume comemorativo do 30º aniversário da Instituição, Lisboa, 2006, pp. 13 segs, 24 segs.

ASSIS RAIMUNDO, Miguel, **Os princípios no novo CPA e o princípio da boa administração em particular**, in *Comentários ao novo Código do Procedimento Administrativo*, I, 4ª edição, coord. de Carla Amado Gomes, Ana Fernanda Neves e Tiago Serrão, Lisboa, 2018, pp. 256 segs

BARNES, Javier, **Towards a third generation of administrative procedure**, in *Comparative Administrative Law*, ed. Susan ROSA-ACKERMAN e Peter LINDSETH, Cheltenham/Northampton, 2010, pp. 336 segs

FORTSAKIS, Theodore, **Principles governing Good Administration**, in *European Public Law*, 2005/2, pp. 207 segs

MENDES, Joana, **Good administration in EU Law and the European Code of good administrative behaviour**, EUI Working papers, Law 2009/09, Department of Law — disponível em https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1554907

NEVES, Ana Fernanda, **O direito a uma decisão administrativa em prazo razoável**, in *Direito Administrativo e Direitos Fundamentais – Diálogos necessários*, coord. de Luísa Pinto e Netto e Eurico Bitencourt Neto, Belo Horizonte, 2012, pp. 51 segs

PONCE SOLER, Juli

- **Good administration and administrative procedures**, in *Indiana Journal of Global Legal studies*, 2005/2, pp. 51 segs
- **Procedimiento administrativo, globalización y buena administración**, in *Derecho Administrativo global – Organización, procedimiento, control judicial* (coord. de Juli Ponce Soler), Madrid/Barcelona/Buenos Aires, 2010, pp. pp 79 segs

SALVIA, Filippo, **La buona amministrazione e i suoi miti**, in *Diritto e Società*, 2004/4, pp. 551 segs

SARMENTO E CASTRO, Catarina, **O Código do Procedimento Administrativo e a Constituição**, in *Comentários ao novo Código do Procedimento Administrativo*, I, 4ª edição, coord. de Carla Amado Gomes, Ana Fernanda Neves e Tiago Serrão, Lisboa, 2018, pp. 65 segs

SOUSA PINHEIRO, Alexandre, Tiago Serrão, Marco Caldeira e José Duarte Coimbra, **Questões fundamentais para a aplicação do CPA**, Coimbra, 2016

Algumas referências jurisprudenciais

Da jurisprudência da União Europeia

Acórdão do TJUE de 8 de Maio de 2014 — *H. N. vs Ministro da Justiça, da Igualdade e da Reforma Legislativa e outro* (caso C-604/12)

Acórdão do TJUE de 7 de Novembro de 2013 — *Giuseppa Romeo vs Região da Sicília* (C-313/12)

Acórdão do TJUE de 21 de Dezembro de 2011 — *Teresa Cicala vs Região da Sicília* (caso C-482/10)

Acórdão do TG de 13 de Novembro de 2008 — *SPM vs Conselho e Comissão* (C-128/05)

Acórdão do TG de 4 de Outubro de 2006 — *Bavarian Lager Lda vs Comissão* (caso T-194/04)

Acórdão do TG de 4 de Outubro de 2006 — *Hans Martin Tillack vs Comissão* (caso T-193/04)

Acórdão do TG de 17 de Setembro de 2003 — *Mara Messina vs Comissão* (caso T-76/02)

Acórdão do TJUE de 18 de Setembro de 2003 — *Volkswagen vs Comissão* (caso C-338/00 P)

Acórdão do TG de 30 de Janeiro de 2002 — *Max Mobil vs Comissão* (caso T-54/99)

Acórdão do TG de 18 de Setembro de 1995 — *Detlef Nölle vs Conselho da União Europeia e Comissão* (caso T-167/94)

Acórdão do TJUE de 12 de Fevereiro de 1992 — *Leplat vs Território da Polinésia francesa* (caso C-260/90)

Acórdão do TJUE de 21 de Novembro de 1991 — *Technische Universität München* (caso C-269/90)

Da jurisprudência nacional

Acórdão do TCA-Sul, de 11 de Abril de 2013 (proc. 07084/11)

Acórdão do STA, de 2 de Março de 2004 (proc. 01531/03)

Documentos

European Code of good administrative behaviour (2001, revisto em 2012) — disponível em <https://www.ombudsman.europa.eu/en/resources/code.faces>

Project of Code of Good Administrative Conduct – África do Sul, 2006 — disponível em http://www.justice.gov.za/paja/docs/unit/PAJA_Code_draft_v2_2006.pdf

Principles of Good Administration - In the Member States of the European Union, Swedish Agency for Public Management (2005) — disponível em <http://www.statskontoret.se/globalassets/publikationer/2000-2005-english/200504.pdf>